



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MÉRO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO 1º CAO
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2376/2017.

Interessado: 11ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se ao interessado cópia da informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Em seguida, archive-se.

Proc: 4528/2017.

Interessado: Dra. Alexandra Beurlen, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: Administrativo. Membro do Ministério Público. Pedido de verba indenizatória por substituição e exercício cumulativo de atribuições durante as férias dos titulares da 12ª e 36ª Promotorias de Justiça da Capital. Designação para responder ser prejuízo de suas funções pela 36ª Promotoria de Justiça da capital, conforme Portaria PGJ nº 1155/2017 já implantado. Substituição automática da 12ª Promotoria de Justiça da Capital, conforme Ato Conjunto PGJ e CGMP nº 1/2017, com as alterações trazidas pelo Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP nº 2/2017. Reconhecimento da acumulação e substituição na 12ª Promotoria de Justiça da Capital. Aplicação das disposições do art. 1º, inciso VII do Ato PGJ nº 7/2010, que fixou as verbas remuneratórias, por substituição, exercício cumulativo de atribuições e desempenho de funções de direção, chefia ou assessoramento para membros do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos da Lei Estadual nº 6.773, de 23 de novembro de 2006. Cumprido o limite legal previsto no artigo 16, § 2º da Lei Complementar nº 34/2012, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 37/2012. Pelo deferimento". À DP para as medidas cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4657/2017.

Interessado: Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário - FUNJURIS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4659/2017.

Interessado: Dr. Cláudio José Brandão Sá, Promotor de Justiça/Vice-Diretor de Planejamento da Escola Superior do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Consultoria Jurídica para análise e parecer.a.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3070/2014.

Interessado: Dra. Ilda Regina Reis Plácido, Promotora de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a remessa do Ofício nº 829/2015/CG/PGJ (fl. 14), determino o arquivamento do feito.

Proc: 4493/2017.

Interessado: Dr. Adivaldo Batista de Souza Júnior, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4667/2017.

Interessado: Dr. Ramon Formiga de Oliveira Carvalho, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de averbação em ficha funcional.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4668/2017.

Interessado: Dr. Ramon Formiga de Oliveira Carvalho, Promotor de Justiça.
Assunto: Comunicação de exercício.
Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 4675/2017.

Interessado: Dra. Adriana Maria de Vasconcelos Feijó, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc. SAJMP nº 06.2017.00000084-4.

Interessado: 62ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 63ª Promotoria de Justiça da Capital.

NF nº 21/2016.

Interessado: 62ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, bem como sua devolução ao órgão de origem, para a respectiva baixa.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 1º de dezembro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 1196, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. THIAGO CHACON DELGADO, Promotor de Justiça de Passo de Camaragibe, de 1ª entrância, para atuar no Processo nº 0000808-08.2011.8.02.0060, em tramitação na 8ª Vara Criminal da Capital, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 5 de dezembro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1197, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2017.00004383-3, RESOLVE designar Comissão composta pelos Doutores ANTONIO LUIZ DOS SANTOS FILHO, 2º Promotor de Justiça de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, ELÍSIO DA SILVA MAIA JÚNIOR, 2º Promotor de Justiça de Atalaia, de 2ª entrância, HAMILTON CARNEIRO JÚNIOR, 1º Promotor de Justiça de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, 3º Promotor de Justiça de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, CARLOS DAVI LOPES CORREIA LIMA, 1º Promotor de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, ELOÁ DE CARVALHO MELO, 3ª Promotora de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, todos integrantes do GECOC, bem como os Doutores EDELZITO SANTOS ANDRADE, 28º Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância e MARLLISSON ANDRADE SILVA, Promotor de Justiça de Maribondo, de 1ª entrância, para atuarem conjunta ou separadamente com o 6º Promotor de Justiça da Capital, Dr. FRANCISCO AUGUSTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, substituto legal da 7ª Promotoria de Justiça da Capital, na recuperação judicial de que tratam os Autos nº 0728189-20.2017.8.02.0001 e nº 0701723-86.2017.8.02.0001, tendo como requerente a empresa Copetrading Comércio, Exportação e Importação S.A. e outros, em tramitação na 4ª Vara Cível da Capital, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 1108, de 27 de outubro de 2017.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1198, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4439/2017, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a 3ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, nos Autos nº 0729837-69.2016.8.02.0001, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2017

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: DRIVE A INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 00.677.870/0003-61).

DO OBJETO: Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática (computadores), em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2016, por adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2017 da Secretaria de Estado de Administração do Pará, conforme processo nº PGJ/AL-3507/2017.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Adesão a Ata de Registro de Preços, com aplicação do Ato Normativo PGJ nº 11/2005, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO VALOR: R\$ 1.096.500,00 (um milhão, noventa e seis mil e quinhentos reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Fundo Especial do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, consignada no Programa de Trabalho 03.122.0195.3018.0000 – Modernização do Fundo Especial do Ministério Público, Natureza de despesa: 449052 – Equipamentos e materiais permanentes.

DA VIGÊNCIA: O prazo de execução do objeto deste Contrato inicia-se na data de sua assinatura, encerrando-se em 31 de dezembro de 2017. A vigência deste documento coincide com o prazo de execução, de acordo com o Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício); Renato Gomes Ferreira (Representante legal da Contratada).

=====
>>>>>>>> DISTRIBUIÇÃO PGJ <<<<<<<<<
=====

AO(S) 01 DIA(S) DO MÊS DE DEZEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 022017000046208

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
Natureza: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10110/2017
Assunto: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10110/2017
Remetido para: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela

Proc. 022017000046220

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
Natureza: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10112/2017
Assunto: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10112/2017
Remetido para: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela

Proc. 022017000046219

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
Natureza: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10111/2017
Assunto: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10111/2017 encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10111/
Remetido para: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela

Proc. 022017000046285

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
Natureza: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10302/2017
Assunto: encaminhar cópia do processo Nº 4903 - 10302/2017
Remetido para: Promotoria de Justiça de São José da Laje

Proc. 022017000045797

Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DIRETORIA ADJUNTA ESPECIAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIO
Natureza: PROCESSO Nº080040261.2016.8.02.0000
Assunto: PROCESSO Nº 080040261.2016.8.02.0000
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000046185

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10091/2017
 Assunto: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10091/2017
 Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000046374

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA
 REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS
 Natureza: Notícia de Fato n° 1.11.000.001328/2017-61
 Assunto: Notícia de Fato n° 1.11.000.001328/2017-61
 Remetido para: Coordenadoria da Fazenda Pública Municipal

Proc. 022017000045575

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10119/2017
 Assunto: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10119/2017
 Remetido para: Promotoria de Justiça de Maragogi

Proc. 022017000045631

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10134/2017
 Assunto: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10134/2017
 Remetido para: Promotoria de Justiça de São José da Tapera

Proc. 022017000046330

Interessado: VARA DO TRABALHO DE SANTANA DO IPANEMA/AL
 Natureza: Não informado
 Assunto: INDÍCIOS DE IMPROBIDADE PELO EX PREFEITO CELSO LUIZ
 TENORIO BRANDÃO E PELO VEREADOR MACEIEL
 Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000046319

Interessado: Juízo de Direito da Comarca da Vara do Único Ofício de Maravilha/
 AL
 Natureza: AUTOS N° 0000110-54.2013.8.02.0020
 Assunto: AUTOS N° 0000110-54.2013.8.02.0020
 Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000046263

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10143/2017
 Assunto: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10143/2017
 Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000036098

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: Comunicado IMA N° 129 (Proc.4903-6972/2017)
 Assunto: Processo N° 4903 - 6972/2017
 Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000036087

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: Comunicado IMA N° 128 (Proc. 4903-6971/2017)
 Assunto: Processo N° 4903 - 6971/2017
 Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000036043

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: Cópia do processo N° 4903 - 6965/2017 gerado a partir de Autos de
 Infrações emitidos pelo IMA
 Assunto: Processo N° 4903 - 6965/2017
 Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 022017000046808

Vinculado ao processo número 022017000045664
 Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10136/2017
 Assunto: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10136/2017
 Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Proc. 022017000046796

Vinculado ao processo número 022017000045664
 Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA
 Natureza: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10136/2017
 Assunto: encaminhar cópia do processo N° 4903 - 10136/2017
 Remetido para: 4ª Promotoria de Justiça da Capital

Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 1º DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 4640/2017

Interessado: Maria da Saleté Brazil Silva – Analista desta PGJ.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro. À Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4664/2017

Interessado: Victor Hugo Lessa Pierre – Analista desta PGJ.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 1º de dezembro de 2017.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
 ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL n° 56 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

O VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” a prestadora de serviço voluntário RENATA EMANUELLE DA SILVA XAVIER, estabelecendo sua lotação no Núcleo de Defesa do Consumidor, a partir de 01/12/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
 Promotor de Justiça
 Vice-Diretor de Planejamento da ESMP-AL

Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 4ª Reunião Extraordinária Especial Solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (24/11/2017), às vinte horas (20h), no Auditório Edgar Valente de Lima, localizado no 5º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n. 70, bairro do Poço, no município de Maceió, capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 4ª Reunião Extraordinária Especial Solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, convocada para a posse do novel Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, o Procurador-Geral de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Presidente) e os Procuradores de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Sérgio Jucá, Lean Antônio Ferreira de Araújo, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Valter José de Omena Acioly. Foram convidados a compor a mesa de honra, juntamente com os Excelentíssimos Procuradores de Justiça, o Excelentíssimo Procurador de Justiça licenciado e atual prefeito do Município de Traipu Eduardo Tavares Mendes, o Excelentíssimo Superintendente da Controladoria Geral da União em Alagoas José William Gomes da Silva e o Excelentíssimo Promotor de Justiça e Presidente da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMPAL Flávio Gomes da Costa Neto. Ausentes, justificadamente, por encontrarem-se em gozo de férias, os Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto e Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá e Denise Guimarães de Oliveira. O Presidente abriu a solenidade de posse e convidou os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque para conduzirem ao recinto o Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho. Após a execução do Hino Nacional, o Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça fez a leitura do Termo de Posse

do novo Procurador de Justiça que, posteriormente, foi assinado pelo Procurador-Geral de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, pelo Promotor de Justiça e Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça Humberto Pimentel Costa e pelo novel Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho. Fizeram uso da palavra o Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly, o Excelentíssimo Presidente da AMPAL, Promotor de Justiça Flávio Gomes da Costa Neto, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho e o Excelentíssimo Presidente Alfredo Gaspar de Mendonça Neto. Em seguida, os familiares do Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho lhe prestaram uma singela homenagem. Ato contínuo, foi executado o Hino do Estado de Alagoas e, por fim, encerrada a sessão solene, do que para constar, eu, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça de 3ª Entrância, Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei e rubriquei o presente instrumento que vai adiante assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente.

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 17ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (10/11/2017), às dez horas (10h), na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n. 70, bairro do Poço, no município de Maceió, capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 17ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas o Procurador-Geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, e os Procuradores de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Dilmir Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Marcos Barros Méro e Valter José de Omena Acioly. Ausentes, justificadamente, por encontrarem-se em gozo de férias, os Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto e Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá e Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente justificou a ausência do Secretário, Promotor de Justiça Humberto Pimentel Costa, e designou o Promotor de Justiça Almir José Crescêncio como secretário ad hoc. Na sequência, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quorum necessário, declarou aberta a sessão, perguntando aos presentes se todos haviam recebido as minutas das atas da 16ª Reunião Ordinária e da 3ª Reunião Extraordinária e se, caso receberam, aprovariam os seus textos. Passada à fase de votação, a primeira ata foi aprovada por unanimidade enquanto a última foi aprovada por maioria. Abstiveram-se de votar os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Dilmir Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Marcos Barros Méro e Valter José de Omena Acioly em razão de não estarem, justificadamente, presentes na 3ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Cria o Núcleo de Perícias do Ministério Público do Estado de Alagoas, no âmbito do Centro de Apoio Operacional □ CAOP. 2. Substituição do Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz na Comissão Temporária de análise das determinações feitas pela Corregedoria Nacional do Ministério Público no tocante ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Alagoas, presidida pelo Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo. 3. Proc. PGJ n. 4073/2017. Interessado: Comissão Temporária de Revisão Lei Complementar Estadual n. 15, de 22 de novembro de 1996. Assunto: Encaminhamento de conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Temporária de Revisão Lei Complementar Estadual n. 15, de 22 de novembro de 1996. Após a leitura, propôs o Presidente a inserção das seguintes matérias em pauta: 4. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Proposta de Resolução CPJ tendente a regulamentar a eleição de membros do Conselho Superior do Ministério Público para o exercício de 2018; 5. Convocação para a eleição do Ouvidor-Geral do Ministério Público. Posta em votação, a proposição de inclusão de matérias novas na ordem do dia foi acolhida pelos demais Procuradores de Justiça. Quanto ao item 1, o Presidente informou que a presente resolução visa estabelecer um grupo de trabalho técnico que terá por finalidade auxiliar os membros do Ministério Público de Alagoas em determinadas situações que demandem conhecimentos específicos em áreas científicas diversas. Afirmou que a proposta constitui uma das demandas feitas pelo Conselho Nacional do Ministério Público e que todas as unidades ministeriais do país possuem um núcleo de perícias em suas estruturas administrativas. Asseverou a necessidade de criação do mencionado núcleo de perícias, notadamente em razão do mesmo ser um instrumento de assistência técnica e de análise de informações. Ressaltou que o referido núcleo não tem o condão de sobrepor o trabalho produzido pela Perícia Oficial do Estado de Alagoas, mas tão somente fornecer subsídio informativo aos Promotores e Procuradores de Justiça em determinados casos em que necessitem de referências técnicas em outras áreas de conhecimento. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de

Justiça Dilmir Lopes Camerino, este parabenizou a iniciativa, ressaltando a necessidade de criação de instrumentos de apoio a atividade de Promotores de Procuradores de Justiça. Posta em votação, o Colégio de Procuradores aprovou à unanimidade a proposta de Resolução apresentada. Referente ao item 2, o Presidente afirmou que a Comissão Temporária em questão estava desprovida de um membro desde a aposentadoria do Excelentíssimo Procurador de Justiça de Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, motivo pelo qual incluiu o item na pauta da presente sessão. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque sugeriu que o novo ocupante do cargo, vago em decorrência da aposentadoria mencionada, ocupasse a vaga de membro da Comissão Temporária em espeque. Ato contínuo, o Presidente suspendeu a apreciação da matéria até que o novel Procurador de Justiça fosse empossado. Quanto ao item 3, o Presidente explicitou que a matéria em questão versava sobre a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Temporária de Revisão da Lei Complementar n. 15, de 22 de novembro de 1996. Louvou o trabalho realizado pela Comissão referida. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, presidente da comissão, este agradeceu a colaboração de todos os membros na confecção da presente minuta de atualização da Lei Orgânica do Ministério Público de Alagoas. Por aclamação, foi designado o Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly como relator do processo. Quanto ao item 4, o Presidente informou que a presente proposta de Resolução tenciona regulamentar a eleição de membros do Conselho Superior do Ministério Público para o exercício de 2018. Fez a leitura da matéria, esclarecendo todos os pontos abordados. Ressaltou a data de eleição, definida para o dia 15 de dezembro do corrente ano. Colocada em votação, o Egrégio Colegiado aprovou, por unanimidade, a proposta de resolução apresentada. Ato contínuo, o Presidente indicou três Promotores de Justiça para comporem a comissão eleitoral, a saber: Issac Sandes Dias, Luciano Romero da Matta Monteiro e Almir José Crescêncio, este como suplente, nos termos do artigo 9º da resolução em apreço. A indicação foi imediatamente referendada pelo Egrégio Colegiado. Quanto ao item 5, o Presidente afirmou que o cargo de Ouvidor do Ministério Público se encontra, desde a aposentadoria do Excelentíssimo Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, provido de forma interina pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça José Artur Melo razão pela qual em sessão anterior havia determinada a convocação de eleição para o referido cargo. Em seguida, foi referendada pelo Colegiado, por unanimidade, a convocação para a eleição do Ouvidor-Geral do Ministério Público. Aberta a fase de inscrição e pronunciamento dos candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral do MPE/AL, foi concedida a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque que sugeriu o nome do Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly para ocupar o cargo. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly, este agradeceu a confiança afirmando que aceitaria a incumbência com muita honra. Não havendo mais inscritos ao cargo em questão, foi sugerido pelo Presidente a aclamação do nome do inscrito, o que foi acolhido à unanimidade pelos demais Procuradores de Justiça. Na oportunidade, o Excelentíssimo Procurador de Justiça José Artur Melo foi indicado para o cargo de Ouvidor Substituto, sendo seu nome aclamado para ocupar o referido cargo. Ato contínuo, o Presidente declarou eleito o Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly para o cargo de Ouvidor-Geral do MPE/AL e nomeou o Excelentíssimo Procurador de Justiça José Artur Melo para o cargo de Ouvidor Substituto do MPE/AL. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly, este agradeceu a confiança de seus colegas. Ressaltando a pluralidade de pensamentos característica dos órgãos colegiados, afirmou que a congruência de pontos comuns e o alcance da harmonia em determinada questão são os principais objetivos da reunião. Asseverou que tenciona colaborar e servir da melhor forma no trabalho desenvolvido pela Ouvidoria do Ministério Público. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça José Artur Melo, este agradeceu a deferência do Colegiado e informou que no tempo em que esteve exercendo o cargo de Ouvidor do Ministério Público identificou diversas carências no órgão, notadamente a ausência de pessoal. Ressaltou que almeja que o órgão seja dotado de recursos materiais e humanos necessários ao bom andamento dos trabalhos. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente da sessão informou que dará todo apoio a Ouvidoria do Ministério Público, mormente quando este o órgão constitui uma das portas de entrada da instituição. Esclareceu que está em andamento processo administrativo que visa concretizar a realização de concurso público para provimento de cargos na estrutura administrativa do Ministério Público de Alagoas. Ato contínuo, o Procurador-Geral de Justiça converteu a presente sessão ordinária em sessão especial solene para dar posse no cargo de Procurador de Justiça, o Excelentíssimo Promotor de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho. Na oportunidade, o Presidente convidou o empossado para a assinatura do termo de posse. Na sequência, o Presidente fez uso da palavra saudando o novel empossado. Em seguida, houve manifestação dos Excelentíssimos Procuradores de Justiça: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Geraldo Barbosa Magela Pirauá, Marcos Barros Méro, Valter José de Omena Acioly e José Artur Melo. Com a palavra o Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho agradeceu aos seus familiares e aos integrantes do Colegiado, afirmando que tenciona contribuir para o engrandecimento da instituição. Após, o

Presidente declarou encerrada a reunião solene. Retornando a sessão ordinária, o Presidente reincluiu o item 2 na pauta. Explicitou a sugestão feita anteriormente pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, no sentido de designar o Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho para integrar a Comissão Temporária de análise das determinações feitas pela Corregedoria Nacional do Ministério Público no tocante ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Alagoas. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho aceitou a indicação agradecendo a confiança do colendo colegiado. Ato contínuo, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando na fase das comunicações, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça informou que foi surpreendido ontem com uma notícia da morte de um parlamentar da cidade de Batalha, fato este que poderia desencadear um clima de insegurança na região. Afirmou que esteve com o Governador e este lhe informou que havia enviado forças de segurança para a localidade visando evitar mais conflitos. Afirmou que a cidade de Batalha não possui Promotor de Justiça titular, razão pela qual designou o Promotor de Justiça Luiz Vasconcelos, titular da 51ª Promotoria de Justiça da Capital, para encetar as providências que entender necessárias para apuração dos crimes já citados. Informou que com a nomeação de novos Promotores de Justiça realizada no início do mês, a cidade de Batalha passará a ter um Promotor de Justiça titular e que, caso haja necessidade, designará membros para auxiliar os trabalhos no novo Promotor de Justiça. Em seguida, o Presidente da sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta ata que fez e rubricou como Secretário designado do Colégio de Procuradores de Justiça, Almir José Crescêncio, Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Conselho Superior do Ministério Público

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do artigo 84, §1º do Regimento Interno do CSMP, torna público o pedido de remoção, por permuta, formulado pelos Promotores de Justiça, de 2ª entrância, José Jorge Tavares Dória (Promotor de Justiça – Titular da Promotoria de Justiça de Pilar) e Sílvio Azevedo Sampaio (Promotor de Justiça – Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro), com fundamento no artigo 46 e parágrafos da Lei Complementar nº 15/1996, combinado com os artigos 80, 81 e 85, todos do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (RICSMP).

Cumprir, ainda, que os interessados possuem o prazo de 03 (três) dias para eventuais impugnações, conforme preceitua o § 1º do artigo 84 do mencionado Regimento Interno.

Maceió, 01 de dezembro de 2017.

Delfino Costa Neto
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Processo de Promoção, pelo critério de Merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª Entrância.

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, do RICSMP, torna pública a lista dos inscritos para concorrerem à promoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, referente ao edital de Promoção nº 5/2017.

Ordem	Interessado	Titularidade	Exercício na Entrância	Colocação no quinto	Participação em Lista Tríplice
1	Paulo Roberto de Melo Alves Filho	Igreja Nova	16/06/14	4	SIM (duas vezes seguidas) Resolução: 14/2014 e 11/2015

2	Vinicius Ferreira Calheiros Alves	Satuba	16/06/14	5	NÃO
3	Thiago Chacon Delgado	Passo do Camaragibe	16/06/14	6	NÃO
4	Marlissom Andrade Silva	Maribondo	16/06/14	7	NÃO
5	Bruno de Souza Martins Baptista	Boca da Mata	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
6	Maurício Mannarino Teixeira Lopes	Quebrangulo	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
7	Ramon Formiga de Oliveira Carvalho	Teotônio Vilela	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
8	Lidia Malta Prata Lima	Paripueira	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
9	Maria Luísa Maia Santos	Cajueiro	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
10	Viviane Karla da Silva Farias	São Sebastião	30/11/16	Fora do Quinto	NÃO
11	Lucas Sachsida Junqueira Carneiro	Matriz de Camaragibe	30/11/16	Fora do Quinto	NÃO

Cumprir, ainda, que os interessados possuem o prazo de 3 (três) dias, para eventuais impugnações, reclamações e desistências, conforme preceitua o art. 68, parágrafo único do mencionado regimento interno.

Maceió, 01 de dezembro de 2017

Delfino Costa Neto
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Processo de Promoção, pelo critério de Antiguidade, para a Promotoria de Justiça da Capela, de 2ª Entrância.

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do estado de Alagoas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, do RICSMP, torna pública a lista dos inscritos para concorrerem à promoção, pelo critério de antiguidade, para a Promotoria de Justiça da Capela, de 2ª entrância, referente ao edital de Promoção nº 07/2017.

Ordem	Interessado	Titularidade	Exercício na Entrância	Colocação no quinto
1	Paulo Roberto de Melo Alves Filho	Igreja Nova	16/06/14	4
2	Vinicius Ferreira Calheiros Alves	Satuba	16/06/14	5
3	Thiago Chacon Delgado	Passo do Camaragibe	16/06/14	6
4	Marlissom Andrade Silva	Maribondo	16/06/14	7
5	Bruno de Souza Martins Baptista	Boca da Mata	20/05/16	Fora do Quinto
6	Maurício Mannarino Teixeira Lopes	Quebrangulo	20/05/16	Fora do Quinto
7	Ramon Formiga de Oliveira Carvalho	Teotônio Vilela	20/05/16	Fora do Quinto
8	Lidia Malta Prata Lima	Paripueira	20/05/16	Fora do Quinto
9	Maria Luísa Maia Santos	Cajueiro	20/05/16	Fora do Quinto

10	Viviane Karla da Silva Farias	São Sebastião	30/11/16	Fora do Quinto
11	Lucas Sachside Junqueira Carneiro	Matriz de Camaragibe	30/11/16	Fora do Quinto

Cumpra informar, ainda, que os interessados possuem o prazo de 3 (três) dias, para eventuais impugnações, reclamações e desistências, conforme preceitua o art. 68, parágrafo único do mencionado regimento interno.

Maceió, 01 de dezembro de 2017

Delfino Costa Neto
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Processo de Promoção, pelo critério de Antiguidade, para a 14ª Promotoria de Justiça da Capital, de 3ª Entrância.

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do estado de Alagoas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, do RICSMP, torna pública a lista dos inscritos para concorrerem à promoção, pelo critério de antiguidade, para a 14ª Promotoria de Justiça da Capital, de 3ª entrância, referente ao edital de Promoção nº 06/2017.

Ordem	Interessado	Titularidade	Exercício na Entrância	Colocação no quinto
1	JORGE JOSÉ TAVARES DÓRIA	PJ Pilar	29/10/1998	4º
2	STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI	2ª PJ de São Miguel	26/04/1999	5º
3	SÓSTENES DE ARAÚJO GAIA	1ª PJ de Atalaia	01/06/1999	6º
4	AMÉLIA ADRIANA DE CARVALHO CAMPELO	3ª PJ de São Miguel	07/12/1999	7º
5	MARTHA BUENO MARQUES DE PINTO	PJ Pão de Açúcar	08/11/2001	8º
6	FRANCISCA PAULA DE JESUS LÔBO NOBRE	PJ Maragogi	20/02/2003	Fora do Quinto
7	CÍNTIA CALUMBY DA SILVA COUTINHO	4ª de Rio Largo	24/05/05	Fora do Quinto
8	M A G N O A L E X A N D R E FERREIRA MOURA	2ª PJ de Rio Largo	12/06/2007	Fora do Quinto
9	JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA	PJ São Luiz do Quitunde	08/02/2013	Fora do Quinto
10	ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA	2ª PJ Porto Calvo	24/09/2014	Fora do Quinto
11	W E S L E Y F E R N A N D E S OLIVEIRA	3ª PJ Rio Largo	03/11/2014	Fora do Quinto
12	F E R N A N D O PADILHA ALVES	6ª PJ Palmeira dos Índios	05/01/2015	Fora do Quinto
13	BRUNO DE SOUZA MARTINS BAPTISTA	Promotor de Justiça de 1ª Entrância	00/00/0000	-
14	M A U R I C I O M A N N A R I N O TEIXEIRA LOPES	Promotor de Justiça de 1ª Entrância	00/00/0000	-
15	RAMON FORMIGA DE OLIVEIRA CARVALHO	Promotor de Justiça de 1ª Entrância	00/00/0000	-

Cumpra informar, ainda, que os interessados possuem o prazo de 3 (três) dias, para eventuais impugnações, reclamações e desistências, conforme preceitua o art. 68, parágrafo único do mencionado regimento interno.

Maceió, 01 de dezembro de 2017

Delfino Costa Neto
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO CALVO

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 06.2017.00001100-8

CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N.º 06.2016.00000207-1

OBJETO: OMISSÃO NO REPASSE AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

INVESTIGADOS: MANOEL MARQUES JÚNIOR – EX-PREFEITO DE JACUIPE

ATO DE CONVERSÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através da 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as informações coletadas no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil em epígrafe, em que se apura a omissão de repasses ao fundo previdenciário de Jacuípe por parte do ex-prefeito; CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, a quem compete a defesa da ordem jurídica, nos termos do art. 127 da Constituição Federal; CONSIDERANDO que compete ao Parquet promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a anulação ou declaração de nulidade dos atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do ente público, conforme alínea b do inciso IV do art. 25 da Lei n.º 8.625/93; CONSIDERANDO que a omissão de repasses patronais ao instituto de previdência própria do município constitui ato de improbidade administrativa nos termos da Lei n.º 8.429/92; CONSIDERANDO as dificuldades de comunicação entre a sede da Promotoria de Justiça e os termos da comarca, diante da falta de oficial de promotoria, onde ofícios requisitórios de documentos e informações demandam bastante tempo para serem enviados e respondidos, sendo que o município de Jacuípe dista cerca de 25 Km da sede desta Promotoria de Justiça e, por fim, CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das apurações e a expiração do prazo de conclusão do procedimento preparatório em epígrafe, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE CONVERTER o referido procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL, e para tanto, determina:

I – Seja registrada a presente conversão no livro próprio existente nesta Promotoria de Justiça;

III – Seja oficiado ao Conselho Superior do Ministério Público, a devida comunicação, remetendo-se cópia do presente ato de conversão;

IV – Dar prosseguimento aos demais atos a fim de solucionar o presente procedimento.

V – tornar público o presente ato, determinando a afixação do presente no local de costume, bem como, fazendo publicar o mesmo no Diário Oficial do Estado, remetendo-se cópia ao Procurador Geral para este fim.

Porto Calvo, 22 de novembro de 2017.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARECHAL DEODORO

PORTARIA Nº 06.2017.00001110-8 – 2ª PJMD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio do seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º da Lei Nacional nº 7.347/85; CNMP nº 23/07; que após consulta ao portal da transparência da Câmara de Vereadores do Município de Marechal Deodoro, verificou uma distorção no tocante ao vencimento dos assessores parlamentares, nos meses de junho e setembro de 2017,

RESOLVE:

Instaurar Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001110-8 – 2ª PJMD, passando a adotar as seguintes providências:

- 1) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas;
- 2) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas requerendo a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;
- 3) Adotar demais providências legais a fim de apurar os fatos acima narrados, promovendo a coleta de informações, documentos, certidões, perícias e demais diligências necessárias.

Cumpra-se.

Marechal Deodoro, 28 de novembro de 2017.

Silvio Azevedo Sampaio
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 06.2017.00001111-9 – 2ª PJMD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio do seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º da Lei Nacional nº 7.347/85; CNMP nº 23/07; e com base na Lei Municipal nº 1.188/2017 em que dispõe a reestruturação dos quadros e provimento sem comissão dos funcionários da Câmara de Vereadores de Marechal Deodoro criada pelo Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

Instaurar Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001111-9 – 2ª PJMD, passando a adotar as seguintes providências:

- 1) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas;
- 2) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas requerendo a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;
- 3) Adotar demais providências legais a fim de apurar os fatos acima narrados, promovendo a coleta de informações, documentos, certidões, perícias e demais diligências necessárias.

Cumpra-se.

Marechal Deodoro, 28 de novembro de 2017.

Silvio Azevedo Sampaio
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 06.2017.00001112-0 – 2ª PJMD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio do seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º da Lei Nacional nº 7.347/85; CNMP nº 23/07; que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça que pacientes do SUS do Município de Marechal Deodoro não estava conseguindo senhas nos postos de saúde e sim através de terceiros, para serem atendidos,

RESOLVE:

Instaurar Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001112-0 – 2ª PJMD, passando a adotar as seguintes providências:

- 1) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas;
- 2) Comunicar a instauração do presente Procedimento Preparatório ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas requerendo a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;
- 3) Adotar demais providências legais a fim de apurar os fatos acima narrados, promovendo a coleta de informações, documentos, certidões, perícias e demais diligências necessárias.

Cumpra-se.

Marechal Deodoro, 28 de novembro de 2017.

Silvio Azevedo Sampaio
Promotor de Justiça

Seção de Licitações

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/PJG/2017

PROCESSO Nº 3633/2017

O Chefe da Seção de Licitações do Ministério Público Estadual torna público e para conhecimento dos interessados que realizará licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de água mineral, potável, não gaseificada, envasada em garrações de polipropileno com capacidade para 20 (vinte) litros cada, retornáveis, com a utilização de vasilhames pelo sistema de comodato, para o Ministério Público do Estado de Alagoas, capital e interior, consoante as condições do Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor preço por lote.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: De 04/12/2017 a 18/12/2017, às 08 horas (horário de Brasília-DF).

DATA DA SESSÃO DE LANCES: 18/12/2017, às 10 horas (horário de Brasília-DF).

ESCLARECIMENTOS: Segundo andar do Edifício-Sede do Ministério Público/AL, na rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço, Maceió/AL, na Sala da Seção de Licitações, pelo fone (82) 2122-3541, no horário das 07:30 às 13:30 h de segundas às sextas-feiras, ou pelos e-mails cpl@mpal.mp.br e/ou mpal.licitacoes@gmail.com.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br e www.mpal.mp.br.

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 700678.

Maceió, 1º de dezembro de 2017.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Chefe da Seção de Licitações
ete do Procurador-Geral de Justiça